

A silhouette of a Black person's head and shoulders, shown in profile facing right. The person has short, curly hair. The background is a dark, gradient blue-grey. A small black rectangular box with the word 'ARTIGO' in white is located in the upper left corner.

ARTIGO

**A população negra e a insurgência contra as
desigualdades sociais:**

A luta pela legitimação de seus saberes e sua existência

Erineide Oliveira

eripoeta1975@gmail.com

Assistente social; poeta; mestre em direitos, humanidades e outras legitimidades-USP; militante do movimento feminista e do movimento negro; autora dos livros de poesia: Amores de 1997; Palavra Muda, de 2019; Vozes Escutadas, de 2022; e Ciranda das noites nuas, de 2024.

Foto: Bruno Itan

**A população negra e a insurgência contra as desigualdades sociais:
a luta pela legitimação de seus saberes e sua existência.**

**The black population and the insurgency against social inequalities:
the struggle for the legitimation of their knowledge and their existence.**

**La población negra y la insurgencia contra las desigualdades sociales: la
lucha por la legitimación de sus conocimientos y su existencia.**

Resumo

A reflexão aqui proposta se dá a partir da compreensão de que o problema do racismo não está no sujeito, não está em ser negro, mas nas imposições de uma sociedade racista que promove revolta, produz impulso de luta e faz o negro tomar posições que refletem diretamente na sua ocupação dos espaços e na legitimação de sua identidade, compelindo-o a buscar melhores condições de movimentação nas estruturas sociais. Para tanto é indispensável a postura política assumida nos movimentos negros, não se constituindo, contudo, na única forma possível de se colocar em luta. Vale ressaltar que se os saberes, a cultura e as epistemologias produzidas por grupos socialmente minorizados não são legitimadas, sua memória e sua inclusão ficam comprometidas e, por consequência, suas identidades invisibilizadas. Nesse sentido, garantir a cultura, os costumes e os saberes de um grupo como legítimos é, em si, garantir que esse grupo tenha sua identidade respeitada e sua existência possível. Existe uma tradição cultural periférica que não está inscrita na estrutura social brasileira, que não é reconhecida nem legitimada pelo Estado no âmbito das produções culturais. Não são reconhecidas porque são produzidas pelas periferias econômicas, cujos saberes não hegemônicos não interessam às classes dominantes. Infere-se, então, que esse apagamento resulta das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Desigualdade. Racismo. Cultura.

Abstract

The reflection proposed here is based on the understanding that the problem of racism is not in the subject, it is not in being black, but in the impositions of a racist society that promotes revolt, produces momentum of struggle and makes the black take positions that reflect directly in their occupation of spaces and in the legitimation of their identity compelling him to seek better conditions of movement in social structures. Therefore, it is essential the political stance taken in black movements, not constituting, however, the only possible way to put in struggle. It is noteworthy that if the knowledge, culture and epistemologies produced by socially minority groups are not legitimized, their memory and inclusion are compromised and, consequently, their identities are invisible. In this sense, guaranteeing the culture, customs and knowledge of a group as legitimate is, in itself, ensuring that this group has its identity respected and its existence possible. There is a peripheral cultural tradition that is not inscribed in the Brazilian social structure, which is neither recognized nor legitimized by the State in the context of cultural productions. They are not recognized because they are produced by the economic peripheries, whose non-hegemonic knowledge does not interest the ruling classes. It is inferred, then, that this erasure results from social inequalities.

Keywords: Inequality. Racism. Culture.

Resumen

La reflexión aquí propuesta parte de la comprensión de que el problema del racismo no está en el sujeto, no está en ser negro, sino en las imposiciones de una sociedad racista que promueve la revuelta, produce impulso de lucha y hace que los negros tomen posiciones que reflejan directamente en su ocupación de espacios y en la legitimación de su identidad, obligándolo a buscar mejores condiciones de movimiento dentro de las estructuras sociales. Para ello, la postura política adoptada en los movimientos negros es fundamental, aunque no es la única manera posible de ponerse en lucha. Vale destacar que si no se legitiman los conocimientos, la cultura y las epistemologías producidas por grupos socialmente minorizados, su memoria e inclusión se ven comprometidas y, en consecuencia, sus identidades se vuelven invisibles. En este sentido, garantizar la cultura, las costumbres y los conocimientos de un grupo como legítimos es, en sí mismo, garantizar que ese grupo tenga respetada su identidad y sea posible su existencia. Hay una tradición cultural periférica que no está inscrita en la estructura social brasileña, que no es reconocida ni legitimada por el Estado en el ámbito de las producciones culturales. No son reconocidos porque son producidos por las periferias económicas, cuyo conocimiento no hegemónico no interesa a las clases dominantes. Se infiere, entonces, que este borrado resulta de las desigualdades sociales.

Palabras clave: Desigualdad. Racismo. Cultura.

Introdução

A partir da dominação do território brasileiro, pelos europeus, e de sua colonização, e escravização de negros e negras, sequestrados da África e trazidos para o Brasil para a mão de obra explorada, deu-se o processo de negação de parte significativa dos saberes desenvolvidos e manifestados pelas populações pretas e outras não brancas, como as populações originárias. Isso causou extremos estragos na condição social dos negros e indígenas, inviabilizando sua movimentação no corpo social e na construção de epistemologias socialmente validadas.

A construção de epistemologias, que são os saberes e conhecimento humano, sempre se fez necessária para as identidades das populações. Cabe dizer que, a despeito da produção de suas epistemologias, todo o conhecimento e saberes advindos de algumas populações são ignorados e considerados desnecessários, como ocorreu com os saberes e a cultura negra.

No Brasil, após quase 400 anos de escravidão dos povos negros, a chamada abolição foi seguida de um sistemático exercício de expulsão de pessoas negras dos grandes centros, por meio de estabelecimento de leis e de criminalização da cultura negra, bem como da política higienista das classes dominantes, desdobrando-se na consequente ocupação das periferias por essas populações.

Almeida (2020, p. 32), assevera que

(...) racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta no meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (p.32).

Em decorrência do racismo, cujos efeitos ainda assolam a população negra de forma dramática, houve, e há, no imaginário social, a sentença de desprezo por tudo que diz respeito a essas populações. Na vida prática isso significa constatar que não se valoriza nem se promove as artes, a ciência, os saberes, os costumes, a religião e epistemologias das populações negras.

As epistemologias legitimadas são sempre as das populações brancas. Tudo que esteja fora desse eixo não encontra eco na sociedade. É necessário ressaltar que desde o início da escravização sempre houve luta dos negros em busca de liberdade, de legitimidade e de ocupar a cena no lugar de sujeito social e pleno. Sempre em risco e na obstinação de viver melhor, essa é a realidade da população negra desde a escravização de seus corpos. Nunca a sujeição e a acomodação, como quiseram nos fazer acreditar, nos livros e na produção de história, contada pelos brancos, que sempre narraram o mundo à sua maneira e sem honestidade histórica e social dos fatos.

Perversidades históricas e seus efeitos

Adiche (2019), aponta para “o perigo de uma história única, que, quando contada demais vezes a repetição faz a população acreditar naquela versão da história, sem questionar possibilidades outras”, e ignorar outras narrativas que possam desdizer ou colocar em dúvida o que fora contado amiúde. Nogueira (2021), afirma que

(...) por mais de três séculos as principais atividades econômicas mercantes brasileiras basearam-se no trabalho do negro escravizado. A historiografia oficial nos conta que a substituição do braço escravizado indígena pelo do negro se deu por este apresentar maior resistência física e por ser mais dócil. O que essa historiografia não nos conta é que os negros resistiram violenta e sistematicamente à escravidão (p.31).

Essa é a realidade dos negros e negras, escravizados e escravizadas em territórios que colonizados, não tiveram a oportunidade de legitimar socialmente sua versão real da história. Para além da apropriação de seus corpos, houve a apropriação de suas culturas, suas lutas, suas crenças, a partir do uso de força e dominação por parte dos colonizadores. Os ranços desse crime na humanidade têm desdobramentos sociais graves, até a atualidade, inclusive, criminalizando e menosprezando os saberes e as epistemes dessas populações. Vivemos numa sociedade assentada na desigualdade, cujos efeitos se revelam em injustiças sociais que assolam a vida da classe não hegemônica, que se vê compelida a buscar novas formas de sobrevivência e se reinventar, de forma constante, objetivando a manutenção de sua existência.

Urgente é que consigamos mudar os rumos, rever a cultura de empobrecimento das populações excluídas, e garantir espaços de fala, de vozes que sejam ouvidas, a quem foi silenciado por séculos. Igualdade de direitos e acesso são desafios a serem vencidos com urgência, já que precisamos todos caber no mesmo mundo, e de forma justa.

É cada vez mais imperativa a necessidade de buscar direitos negados a parte da sociedade brasileira e ocupar os lugares que são negados aos negros, pois o racismo ainda opera, ampliando as desigualdades e impedindo acessos. Viver nos territórios periféricos alija homens e mulheres da vida dos grandes centros, sendo que esse apagamento provoca o epistemicídio de seus modos de vida, de suas culturas e produções de saberes, tornando a população das periferias invisível para as políticas públicas.

O exercício da inclusão e a garantia do acesso às políticas públicas pode promover a filiação do excluído a seu lugar devido de sujeito, promovendo sua filiação social, a partir do respeito às suas identidades. A cultura hegemônica elege seus integrantes de forma a banir as possibilidades da população que vive às margens da geografia que importa ao sistema. Ignorar e não dar lugar às populações periféricas é uma maneira de mostrar onde cada grupo deve permanecer.

Se refletirmos sobre o modo como se deu o processo de periferização da população brasileira encontramos no bojo desse processo os resquícios da escravização de negros e do racismo aos quais essa população foi e é sujeitada, tudo isso somado à história de autoritarismo, herança do período colonial, que reforça o poder de mando e dominação de determinados grupos, em relação a outros sem poder econômico e político. Sem amparo do Estado, e com sua cultura marginalizada, os negros, aos quais não foram ofertados espaços de moradia, após a “libertação da escravidão”, e sofrendo processo de expulsão dos centros urbanos, se viram compelidos a buscar espaços não urbanos, a fim de erigir moradia.

Esse perverso movimento de grupos privilegiados em detrimento às condições da população negra, nos faz constatar um dado de racismo, como expõe Almeida (2020, p. 34): “O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas - bairros, guetos, bantustões, periferias, etc.”.

Essa divisão objetiva separar a população entre os que a tudo têm e os que não usufruem dos direitos que a constituição lhes garante, sujeitados à estigmatização que acompanha territórios periféricos, socialmente marcados como sinônimos de pobreza, precariedade, violência, além das dramáticas distâncias em relação aos centros, que dificultam, sobremaneira, os acessos.

Organização geográfica e racismo estrutural

A partir da expansão das periferias, ocupadas majoritariamente por população negra, se estabeleceram diferenças sociais agressivas que perduram, em alguma medida, até os dias atuais. As diferenças não se expressam apenas nas dificuldades de acesso geográfico aos grandes centros, mas se traduz em exclusão, violência policial, falta de equipamentos públicos adequados, desemprego, falta de saneamento básico e culpabilização social dos periféricos por sua condição, pelos grupos socialmente privilegiados.

Se esse processo de periferização, outrora não foi olhado com justiça, é necessário que isso seja revisto, urgentemente, a fim de que sejam estabelecidas possibilidades de vidas dignas, de existências legitimadas, em qualquer espaço onde se consiga viver, por imposição das desigualdades. É injusto, porém, disseminar a narrativa nociva de que negros, pobres e periféricos não sobrepõem a situação de pobreza por falta de vontade pessoal. Não se escolhe por ficar do lado *negativo* da história, não se autoimpõe uma situação de desvantagem social. Quando uma sociedade se depara com uma situação de dominação, onde a sujeição é imposta a determinados grupos, é tão injusto quanto leviano asseverar que não há esforço para driblar a situação outrora forçada.

Como traduz Nascimento (2021):

Ora, é conhecido que, no momento em que os deslocamentos de populações se fazem de uma província para outras, durante o período escravagista, não se poupavam negros já libertos, nem indígenas, nem caboclos. Também pode se inferir que as populações livres, mesmo os brancos, não tinham condições de conseguir trabalho senão no regime de contratos, o que não ficava muito longe do regime de trabalho escravo (p.202).

Nesse sentido, podemos observar que não havia escolha, mas imposição de um sistema excludente, que não garantia a possibilidade de permanência e de existência de determinados grupos, que se ajeitaram como puderam, a fim de buscar meios de sobrevivência. Dessa forma, cabe-nos aceitar que é preciso implementar políticas de combate às questões sociais advindas desse período, que se sustentam até a atualidade, causando danos incalculáveis a alguns grupos sociais.

Vale ressaltar que a maior parte da população das periferias é negra, o que tem ligação direta com a colonização e seus efeitos na vida práticas das pessoas negras. Segundo Nogueira, (2021, p. 57):

A libertação da escravatura não significou, para o negro, ingresso na classe trabalhadora; ao contrário, tal processo foi vivenciado como um abandono: abandonado pelos senhores, ele se tornava um peso, um excedente na estrutura social. O negro, conseqüentemente, veio a pretender um lumpemproletariado; mesmo atualmente, grande parte da população negra se encaixa nessa categoria, ou, pelo menos, é assim que, nas representações sociais, se constitui a imagem da população negra. Após o período abolicionista, a grande massa negra, portadora de uma força de trabalho não qualificada relativamente ao processo industrial, permaneceu literalmente à margem do processo de socialização porque fora alijada do processo de produção.

A equidade racial se faz urgente, pois as diferenças, quando são hierarquizadas se desdobram em mortes físicas e simbólicas e impedem as existências de quem é considerado socialmente inferior. Uma sociedade digna para todos precisa de justiça social para os negros e negras que ainda são assolados pelos efeitos nocivos de tantos séculos de sujeição e exclusão. (p.22)



Foto: Bruno Itan

Não há que se responsabilizar ou culpabilizar a população negra por sua escassez de qualificação profissional, ou de inserção inadequada e insuficiente no mercado de trabalho, pois é necessária a leitura social honesta de que esse processo de exclusão dos negros é parte de um projeto social, político e econômico que visa à manutenção do poder em algumas categorias da população. Sobre essa afirmação apresento o argumento de Spivak, (2010):

A reprodução do trabalho requer não apenas uma reprodução de suas habilidades, mas também e ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante por parte dos trabalhadores, e uma reprodução da habilidade de manipular a ideologia dominante corretamente por parte dos agentes de exploração e repressão, de modo que eles também venham a prover a preponderância da classe dominante (p.33).

O Negro como elemento de participação e não de pertencimento

Para além da busca de manutenção do poder, pela classe dominante, está posto o classismo que subjuga as classes trabalhadoras, consideradas subalternizadas, e promove sua conseqüente exclusão do cenário social. Nos grandes centros os periféricos geralmente são aceitos apenas debaixo dos uniformes que anunciam e demarcam o lugar que devem ocupar. É assim que seguem: participando, mas não pertencendo. Todos os dias voltam para a realidade que cerceia a mobilidade social, lotando transportes precários e insalubres, em trajetos extensos e extenuantes.

O periférico nem sempre se sabe sujeito, pois o projeto social de exclusão, por vezes, promove o apagamento de identidade e perda de pertencimento, sendo assim, são tornados objetos da engrenagem que faz pobres serem cada vez mais pobres, produzindo e servindo para aumentar os patrimônios das elites. E só quem vive e experimenta no corpo o que é vivenciar e enfrentar uma cidade que te olha de cima pra baixo, que minimiza quase te invisibilizando, é quem sabe as lutas que precisam ser ganhas.

Nesse contexto, vale ressaltar que, nos grandes centros, ser periférico encobre a categoria de brancura dos sujeitos, vez que em alguns espaços pessoas brancas periféricas não são inseridas nos grupos privilegiados, são periféricas e, portanto, ocupam lugares subalternizados, com a única diferença de não sofrer as investidas do racismo.

É essa a lógica da branquitude de colocar limites entre quem é realmente branco e quem não terá espaço social. No caso acima citado, um homem branco, contudo, periférico, não é enxergado com branco, vez que não tem acessos e não engrossa a pequena e seleta fila do poder, que é o que legitima a branquitude e seus poderes e beneficiamentos.

É dessa forma, no susto da vida diária e na mais perversa exclusão, que são forjados os sujeitos periféricos, sejam brancos ou negros, embora em sua maioria sejam negros. Sujeitos que, muitas vezes, trabalham com fome, estudam com fome, com sono, ou que têm que renunciar ao sonho da universidade – por falta de inserção, ou por terem que enterrar o desejo da formação profissional para se dedicar exclusivamente ao trabalho e ajudar na manutenção da família.

A partir do surgimento de políticas afirmativas tornou-se possível a participação de pessoas negras e brancos pobres em espaços acadêmicos, bem como em cargos de empresas nunca antes ocupados por essas populações. Cabe aqui dizer que, ainda atualmente, quando os corpos periféricos questionam o lugar a eles destinados e reivindicam sua inserção e ocupam outros lugares acabam por comunicar rebeldia e insubordinação, na perspectiva das classes dominantes.

Apenas a inserção nas universidades e empresas não se configura o bastante. É necessário que se mude uma cultura longeva de racismo e exclusão. A manutenção desses corpos em espaços *não naturais* é feita a muito custo, a muita insistência e resistência. O projeto de silenciamento e ocultação de algumas populações se desdobra em ausência de oportunidades reais que sejam capazes de alterar as esferas de poder, a fim de que os acessos sejam garantidos de forma sustentável. Kilomba, (2019, p.42), aponta que:

É, inclusive, na lógica de “só tenho poder se o outro for oprimido” que se busca a manutenção de privilégios sociais e das desigualdades agressivas impostas. Essa necessidade de grupos se sobreporem a outros está entranhada na sociedade. Podemos depreender da história e cultura de opressão que, a se manter essa lógica de privilégios, dificilmente conseguiremos mudanças significativas no contexto social. (grifo do autor)

Conclusões

A despeito do que está estipulado, dado e que foi sedimentado ao longo da história para as periferias, é comum o surgimento de ações que filiam os sujeitos, que agrupam e se desdobram em busca de recursos, políticas públicas, atuações políticas de agentes que se levantam e bradam vozes necessárias e úteis para a população, visando à emancipação, a garantia de acessos e movimentação social da população negra.

A equidade racial se faz urgente, pois as diferenças, quando são hierarquizadas se desdobram em mortes físicas e simbólicas e impedem as existências de quem é considerado socialmente inferior. Uma sociedade digna para todos precisa de justiça social para os negros e negras que ainda são assolados pelos efeitos nocivos de tantos séculos de sujeição e exclusão.

Tendo em vista a busca voraz de sua manutenção, o capitalismo não vai abrir mão das desigualdades sociais, já que as discrepâncias dadas na sociedade alimentam esse sistema tão nocivo a grande parte da população. Diante disso é possível inferir que há um certo costume social de parte da sociedade em subalternizar e criar novos mecanismos de escravização, se antes o negro, atualmente o trabalhador comum, mal remunerado e sem a garantia de direitos básicos. Como disserta Williams (1975, p. 11): “O poder escravista requer sempre novas conquistas”.

Sendo os trabalhadores mal remunerados e precarizados é quase imperioso que se arranjam como podem, em moradias distantes dos grandes centros, geralmente sem saneamento básico adequado e acesso a bens e serviços, alargando ainda mais as desigualdades. Essa divisão objetiva separar a população entre os que a tudo têm acesso e os que não usufruem dos direitos que a constituição lhes garante, sujeitados à estigmatização que acompanha territórios periféricos, socialmente marcados como sinônimos de pobreza, precariedade, violência.

Olhar para as populações periféricas de forma humanizada e com a garantia de direitos é ainda um desafio na sociedade brasileira, posto que parte da população mais favorecida aposta na meritocracia, onde os pobres são considerados pouco atuantes para promover suas próprias mudanças, ignorando-se o modo como a sociedade foi sendo empurrada para a disputa de classe e para a pauperização de uns em benefício de outros.

É injusto, porém, disseminar a narrativa nociva de que pobres e periféricos não sobrepõem a situação de pobreza por falta de vontade pessoal. Não se escolhe por ficar em estado de pobreza, não se autoimpõe uma situação de desvantagem social. Quando uma sociedade se depara com uma situação de dominação, onde a sujeição é imposta a determinados grupos, é tão injusto quanto leviano asseverar que não há esforço para driblar a situação outrora forçada.

Há esforços, há busca de superar a situação social e econômica estabelecida nos territórios periféricos e nas populações negras. O que se precisa é de investimento seguro e digno de governantes e da sociedade em geral para que o desejo e luta se desdobre em garantias reais de direitos.

REFERÊNCIAS

- Adiche, C. N. (2019) *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Almeida, S. (2020) *Racismo estrutural*. Jandaíra.
- Kilomba, G. (2019) *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Nascimento, B. (2021) *Uma história feita por mãos negras*. Zahar.
- Nogueira, I. B. (2021) *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva.
- Spivak, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Williams, E. (1975) *Capitalismo e Escravidão*. CEA.

Como citar este texto

Oliveira, E. (2024). A população negra e a insurgência contra às desigualdades sociais: a luta pela legitimação de seus saberes e sua existência. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 10, n.2, 10-24. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137apopulacao>

RECEBIDO EM: 08/08/2024
APROVADO EM: 03/10/2024